



GT 49. Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos

Coordenador(es):

Isadora Lins França (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, violência e conflito

Debatedor/a: Heloisa Buarque de Almeida (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 2 - Sujeitos, sociabilidades e memória

Debatedor/a: Júlio Assis Simões (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 3 - Política, direitos e movimentos

Sérgio Luís Carrara (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

As últimas décadas têm assistido a transformações importantes no campo de gênero e sexualidade no Brasil, em direção à emergência de novos sujeitos, categorias e direitos num terreno permeado por disputas e conflitos. A antropologia tem fornecido contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com as populações cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por parte de diferentes atores sociais. O conhecimento produzido no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade tem também iluminado, de modo geral, processos de produção de diferenças e de desigualdades, partindo da perspectiva de que gênero e sexualidade se articulam – e constituem-se mutuamente – com outras categorias tais como raça, classe social, geração, territorialidades, entre outras. O objetivo deste GT é reunir trabalhos que, situados na intersecção entre gênero, sexualidade e outras categorias de diferença, ofereçam uma reflexão pertinente ao contexto contemporâneo, particularmente nos seguintes termos: 1) das dinâmicas relacionadas à violência nas suas diversas modalidades, contextos sociais e formas de administração; 2) dos intrincados processos de subjetivação relacionados a gênero e a sexualidade e da produção de corpos e sujeitos; 3) da constituição de territorialidades e dos processos envolvendo circulação, trânsitos, fluxos e fronteiras de diferentes ordens; 4) das transformações, conflitos e disputas no campo dos direitos, políticas e movimentos.

?Cala a boca, abortista!? Hate speech e discursos anti-direitos em mídias sociais

Autoria: Horacio Federico Sívori (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

As eleições gerais de 2018 no Brasil tornaram-se uma inevitável referência do protagonismo das chamadas ?mídias sociais? na versão contemporânea do clássico poder dos pânico morais para instilar raiva e medo contra determinadas categorias sociais. O aumento atual da inclusão digital através de dispositivos móveis veio acompanhado do monopólio dos usos cotidianos de tecnologias de informação e comunicação por parte de plataformas de mídia social como Facebook, WhatsApp, YouTube e Instagram. O assim chamado ?modelo de negócio? destas plataformas baseia-se primordialmente na busca de maior ?conectividade?, de modo que os algoritmos que regem seu funcionamento são desenhados para intensificar determinadas conexões, as que mais engajamento produzem, relegando outras possíveis. Criam desse modo ?bolhas? de afinidade entre usuários, que isolam as comunidades que elas mesmas contribuíram para criar. Ao desestimular a pluralidade que definiria uma esfera pública democrática, além de aglutinar e polarizar posturas, esta dinâmica tem facilitado a radicalização de discursos e a legitimação, dentro de âmbitos artificialmente criados, de atos de



ódio não apenas contra feministas e LGBTs, mas que por regra condensam também disposições racistas, xenófobas e contra as classes populares. Para abordar o engajamento com discursos e atos de rechaço ao feminismo e à diversidade sexual em mídias sociais, sua configuração interseccional e as condições para sua codificação como agressões, neste work refiro à analítica dos atos de fala, tal como concebidos pioneiramente por Austin & Searle, e de hate speech, discutidos por Judith Butler, entre outros autorxs. Parto da hipótese de que, no contexto brasileiro atual, as violências produzidas em meios digitais baseadas em gênero, orientação sexual e outros marcadores de diferença estão intimamente vinculadas e enredadas com discursos anti-direitos e devem ser abordados como um aspecto constitutivo destes últimos, e vice-versa. Assim, exploro o rendimento dessas categorias com relação a modos específicos de engajamento digital em casos emblemáticos de postagens anti-feministas e anti-LGBT, na forma de composições textuais, imagéticas e audiovisuais compartilhadas extensamente em grupos de WhatsApp e outras plataformas durante o período eleitoral de 2018. Combinando a observação etnográfica em mídias sociais com recursos metodológicos desenhados para a abordagem qualitativa de objetos ?nativamente digitais?, busco desenvolver chaves analíticas para compreender a expressividade, modos de gestação e efeitos performativos da violência contra categorias sociais subalternas em meios digitais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: